



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Maringá

3º Quadrimestre de 2019 - 18.02.2020

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, referente ao 3º Quadrimestre de 2019, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá, é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, composta pelos Vereadores **CARLOS MARIUCCI** - Presidente, **WILLIAM GENTIL** - Vice-Presidente e **ONIVALDO BARRIS** - Membro. Às 15h09min do dia 18 de fevereiro de 2020, os representantes da Prefeitura Municipal estiveram neste Legislativo para prestar as contas do Município referentes ao 3º Quadrimestre de 2019. A fim de dar início à solenidade, foram convidadas para compor a Mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Carlos Mariucci; o líder do Poder Executivo no âmbito do Poder Legislativo, vereador Alex Chaves; o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, vereador Flávio Mantovani; o Secretário Municipal de Fazenda, senhor Orlando Chiqueto Rodrigues; o Diretor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura, senhor Gilvane de Almeida Braga; e o Vice-Prefeito, Edson Scabora. Para suprir a ausência inicial dos membros da CFO Onivaldo Barris e William Gentil, foi nomeado *ad hoc* o vereador Flávio Mantovani. Mais tarde, às 15h52min, se fez presente o vereador William Gentil, assumindo um lugar à mesa. Outros membros desta Casa de Leis compareceram à Audiência Pública: vereador Francisco Gomes dos Santos, vereador Jamal Ali Abou Fares, vereador Mário Verri, vereador Altamir Antônio dos Santos, vereador Mário Hossokawa e vereador Sidnei Telles. Também acompanharam a apresentação das contas e foram cumprimentados pelo Presidente Carlos Mariucci: Orlando Chiqueto Rodrigues, Secretário de Fazenda; Claudia Aparecida Pereira Garcia Palomares, Secretária da Mulher; Albari Alves de Medeiros, Secretário de Obras Públicas; Antonio Luiz Lage, Controlador Geral do Município; César Augusto de França, Secretário de Recursos Humanos; Adelino Inácio Gonçalves Neto, Procurador Geral; Domingos Trevizan Filho, Chefe de Gabinete do Prefeito e respondendo pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos; Clóvis Melo, Secretário de Gestão; Ailton Morelli, Secretário de Assistência Social e Cidadania; Valmir Augusto Fassina, Secretário de Esportes e Lazer; Fernando José Rezende, Superintendente do Aeroporto – SBMG; Cinthia Soares Amboni, Superintendente da Maringá Previdência; Bruna Barbosa Barroca, Secretário de Planejamento e Urbanismo; Clodoaldo Rossi, Secretário de Segurança; Gilvane de Almeida Braga, Diretor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura; José Carlos Cardoso Goes, Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Maringá; Majô Capdebosq, representando o Deputado Ricardo Barros; Arthur Boer, representando o Deputado Homero Marchese; e o ex-vereador Manoel Sobrinho. O Vereador também agradeceu à equipe de contadores da Prefeitura pelo trabalho desempenhado: Adriano Correia da Silva, Aline dos Santos, Cinthia Soares Amboni, Claudinei Braz da Silva, Edimar de Oliveira Carvalho, Felipe Gabriel da Silva Ferro, Luiz Antônio Panosso, Marcos Donizete Toppa, Marcos Rodrigues Carmona, Maria Rupolo Pedriali, Maria Angela Ferrareze Casaroto e Nádia Ferreira da Rocha (Diretora de Orçamento). Continuando os agradecimentos, citou os auxiliares técnicos Vilson Cesar Cruz, Gerente de Contabilidade; e Fernanda Arruda Silva Cremoneis, Coordenadora de Controle da Dívida Fundada. Em seguida, ele cumprimentou todos os presentes e também aqueles que acompanhavam o evento pela internet e pela TV Câmara, bem como a imprensa que cobria a ocasião.

Com a palavra, o Vice-Prefeito cumprimentou os vereadores e servidores, informando que a apresentação traria boas notícias aos cidadãos do Município de Maringá. O vereador Alex Chaves cumprimentou o Vice-Prefeito Municipal, os vereadores, os servidores e, em especial, o senhor Secretário Municipal de Fazenda. Ele agradeceu a Orlando Chiqueto a disponibilização, na sexta-feira anterior, do Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2019 do Município. O líder do Prefeito Municipal neste Legislativo também comentou que Carlos Mariucci, no dia anterior ao da Prestação de Contas, havia encaminhado aos demais vereadores cópias do citado Relatório. Alex Chaves continuou, dizendo esperar que, por meio dos números que seriam apresentados, todos pudessem encontrar uma cidade melhor. Com a palavra, Carlos Mariucci explicou que solicitou à Secretaria Municipal de Fazenda que enviasse o relatório com antecedência, tendo sido atendido em seu pedido na sexta-feira, dia 14 de fevereiro de 2020. Esclareceu que, ainda que seu gabinete tenha tido acesso aos documentos somente na segunda-feira seguinte, era necessário agradecer ao Poder Executivo pelo envio dos documentos. Ele concluiu este ponto, comentando que seria interessante se a antecedência fosse ainda maior para as próximas apresentações de Prestação de Contas. O vereador Francisco Gomes dos Santos pediu a palavra e agradeceu a presença dos servidores da Prefeitura Municipal, do Chefe de Gabinete e dos demais Secretários. Disse que queria deixar registrado seu descontentamento causado pelo fato de ter recebido o Relatório somente instantes antes do início desta Audiência Pública. Ele lembrou que essa reclamação, por parte dos vereadores, é recorrente nessas ocasiões, e ressaltou que, apesar de o documento estar à disposição do Presidente da CFO desde a sexta-feira, ele somente foi recebido na presente data pelos demais edis. Francisco Gomes dos Santos frisou que há quinze vereadores nesta Casa de Leis, os quais têm de dar satisfações de suas atividades e de seus posicionamentos à população. O vereador continuou sua fala, dizendo que as informações presentes no Relatório são muito importantes e de interesse da população. Assim, ele indagou ao senhor Secretário Municipal de Fazenda se seria possível que um vereador compreendesse e discutisse os dados que seriam apresentados com a equipe do Poder Executivo, dada a complexidade destes. Francisco Gomes dos Santos lamentou o fato de Carlos Mariucci ter tido acesso aos documentos antecipadamente, visto que, em sua opinião, todos os vereadores devem ter os mesmos direitos, já que foram eleitos pela população de Maringá. O Presidente Carlos Mariucci, com a palavra, disse que o senhor Francisco Gomes dos Santos tinha o direito de fazer os comentários que achasse convenientes, mas pediu que ele observasse que foi o Presidente da CFO, pessoalmente, que enviou cópia do Relatório via comunicação eletrônica, sendo de responsabilidade dos vereadores checar suas correspondências. Com a palavra, o vereador Jamal Abou Fares agradeceu ao Vice-Prefeito e ao Secretário Municipal de Fazenda, mas ressaltou que concorda com o posicionamento do vereador Francisco Gomes dos Santos, pois também não recebeu o Relatório de Prestação de Contas por nenhum meio antes da presente Audiência. Ele frisou que considera o fato um desrespeito, já que, nos próximos momentos, o senhor Orlando Chiqueto iria apresentar dados que seriam de difícil questionamento por parte dos vereadores, devido ao pouco tempo que tiveram para o estudo. Jamal Fares terminou sua fala, deixando clara a sua indignação pelos motivos mencionados. O Presidente da CFO esclareceu que é contrário às colocações dos dois vereadores e que, ainda que por algum erro de comunicação o arquivo do Relatório não tenha chegado a eles, este foi mostrado na Sessão Plenária daquele dia por Carlos Mariucci, que estava sentado ao lado dos vereadores reclamantes. Naquela ocasião, o Presidente da CFO comentou com os vereadores que havia encaminhado o arquivo. Com a palavra, o vereador Jean Marques, após cumprimentar todos, disse que, em todas as Audiências Públicas de Prestação de Contas do Poder Executivo desde o início desta legislatura, o vereador Sidnei Telles, ex-Presidente da CFO, pedia à Secretaria Municipal de Fazenda que enviasse o relatório com antecedência para uma melhor análise dos dados. Jean Marques lembrou que sempre concordou com o ex-Presidente, mas que dessa vez, ele iria parabenizar a citada Secretaria, pois o documento foi enviado na sexta-feira anterior, ainda que ele tenha recebido somente na segunda-feira. Em sua opinião, a CFO deveria tê-lo disponibilizado para todos os vereadores ainda na sexta-feira, o que daria a eles tempo hábil para a análise no fim de semana. Pelo pouco tempo disponível para um estudo mais aprofundado, o vereador comentou que iria se familiarizar com os números enquanto o senhor Orlando Chiqueto fizesse a apresentação. Ele lembrou que, em janeiro de 2020, quando observou a divulgação de alguns dados referentes às contas municipais, fez uma cobrança pública ao Poder Executivo acerca do envio com antecedência do Relatório aos vereadores. Portanto, Jean Marques aconselhou que o Presidente da CFO, antes das próximas Audiências Públicas de Prestação de Contas, encaminhasse os documentos de interesse imediatamente aos demais vereadores. Com a palavra, Carlos Mariucci agradeceu as observações e informou que, após a apresentação, seria dada a oportunidade para a manifestação dos vereadores, bem como do público presente, pelo tempo máximo de dois minutos para cada questionamento. Iniciando sua fala, o Secretário Municipal de Fazenda cumprimentou os vereadores presentes, bem como os servidores em geral, Contadores da Secretaria Municipal de Fazenda,

Secretários, Diretores, Gerentes e Coordenadores do Poder Público Municipal. Ainda, destacou a presença do senhor José Carlos Cardoso Goes, Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Maringá. Em seguida, agradeceu a oportunidade de apresentar as informações sobre as contas do município referentes ao 3º quadrimestre de 2019 e do encerramento do exercício de 2019. Orlando Chiqueto, primeiramente, esclareceu que, antes de ocorrer a divulgação das informações referentes às contas do Município ao público, deve ser cumprida uma obrigação legal e acessória, que é a entrega de um relatório específico ao Tribunal de Contas até o último dia útil de fevereiro. Em 2020, segundo ele, uma mudança na legislação do referido Tribunal fez necessária a entrega no dia 31 de janeiro. Sendo assim, após esta data, todos os dados pertinentes foram disponibilizados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, que é acessível a todos os cidadãos e vereadores, que, desde o dia 31 de janeiro, poderiam ter encontrado no sítio eletrônico citado todas as informações de interesse. Continuando, o Secretário lembrou a todos que o Relatório que seria apresentado a seguir era uma inovação da gestão Ulisses Maia, a qual cobra dos servidores transparência no uso do recurso público e clareza nas informações, para que estas sejam passíveis de entendimento por todas as pessoas, inclusive por aquelas que não têm domínio da técnica contábil. Portanto, a Secretaria Municipal de Fazenda encaminhou ao Presidente da CFO os cadernos na sexta-feira para que ele e a CFO, em conjunto, os analisassem e os disponibilizassem para outros vereadores, se assim fosse pertinente. Orlando Chiqueto disse que, ao divulgar os dados da Prestação de Contas do Município, o Poder Executivo Municipal cumpre o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Ele explicou que é trabalhoso fechar os dados contábeis em pouco tempo, já que a Contabilidade Pública possui diversos usuários, e os dados devem se transformar em informação de simples interpretação na apresentação que viria a seguir. O Secretário comentou que grande parte do orçamento público é constante de obrigações, despesas obrigatórias e recorrentes, as quais acontecem mensalmente e consomem grande parte do recurso público. Em contrapartida, as receitas são extremamente incertas, já que dependem do momento econômico, do gestor público, da capacidade financeira do contribuinte etc. Assim, o orçamento público exige extrema responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda que, com seu corpo técnico qualificado, analisa diuturnamente o orçamento do município e a execução orçamentária. Segundo ele, os dados a serem apresentados foram orçados em maio de 2018, entregues para a Câmara Municipal em setembro de 2018 e executados em 2019. Portanto, ele esclareceu que foi complexo trabalhar uma peça orçamentária e alcançar a execução em sua plenitude em tempos de incerteza política, econômica e social do Brasil. Os dados apresentados pela Secretaria Municipal de Fazenda na presente Audiência Pública estão disponíveis nos anexos denominados “Relatório audiência 3 quad slides (0169256)” e “Relatório caderno completo 3 quad 2019”, que podem ser acessados via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelo nº 20.0.000001081-3. Os arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal também foram disponibilizados no Site da Câmara Municipal de Maringá por meio do caminho: Transparência > Informações Administrativas > Publicações > Audiências Públicas > Audiência Pública - 3º Quadrimestre de 2019 (Link: <http://transparencia.cmm.net:8090/portaltransparencia/publicacoes>). Além disso, o evento foi registrado em meio audiovisual no Site da Câmara Municipal de Maringá, o qual pode ser visualizado pelo link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>. Após finalizar a prestação de contas, o senhor Orlando Chiqueto colocou-se à disposição dos presentes para responder possíveis questionamentos, agradecendo à CFO pela oportunidade de prestar as contas do Poder Executivo Municipal. Em seguida, agradeceu também à equipe da Secretaria Municipal de Fazenda que o auxiliou na preparação do material. O vereador Carlos Mariucci, fazendo uso da palavra, agradeceu ao Secretário Municipal de Fazenda pela exposição, destacando que, pelo fato de ser difícil entender os dados em um curto espaço de tempo, a apresentação e a presença de sua equipe nesta Casa de Leis foi fundamental. Em seguida, o Presidente da CFO iniciou os questionamentos, citando o Projeto de Lei Complementar nº 1.911/2019, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a transmutação do Regime Celetista para estatutário da Administração Pública Municipal de Maringá e dá outras providências. O vereador informou que o Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR) pediu o arquivamento da proposição e fez indagações acerca dela, baseadas no parecer da Secretaria Municipal de Fazenda. A 1ª Promotoria citou, em documento enviado à Câmara Municipal, que a referida Secretaria informou que o município de Maringá não dispõe de índice de gastos com pessoal suficiente para autorizar a transmutação de cargos celetistas para estatutários. O MP-PR também observou que a Secretaria informou que a desconsideração do indicador acima mencionado pode provocar a descontinuidade de uma série de serviços prestados à comunidade e paralisação dos investimentos em importantes projetos estruturais do município. Portanto, o vereador pediu que Orlando Chiqueto explicasse mais sobre o tema. Antes disso, Carlos Mariucci passou a palavra aos demais vereadores presentes, para que Secretário respondesse os questionamentos em bloco. Com a palavra, William Gentil saudou o Secretário e os demais servidores no local, e em seguida citou seu interesse na

aprovação do projeto de lei citado por Carlos Mariucci. Ele relatou que os funcionários públicos celetistas desejam obter um posicionamento do Poder Legislativo e que, apesar de ele ser favorável à proposição, respeita a recomendação do MP-PR, pois a própria Secretaria Municipal de Fazenda, em seu parecer, a colocou em dúvida. Portanto, o vereador perguntou ao Secretário qual é a intenção do Poder Executivo Municipal e se é possível reverter o parecer contrário da Secretaria, possibilitando uma reanálise da proposição. Com a palavra, Jean Marques iniciou seus comentários, dizendo que a receita apresentada já está atualizada, e não apenas prevista. Ele também disse que houve crescimento das receitas próprias, especialmente de ISS, tanto acima do orçamento previsto como do atualizado. Em seguida, ele perguntou se esse fato poderia ser resultado do REFIS. Sua outra pergunta foi acerca do quadro apresentado nos slides, o qual mostrava os endividamentos, novos contratos, e outras operações de crédito que passaram pelo Poder Legislativo. Ele quis saber se ainda não foram realizadas nenhuma dessas operações. Seu terceiro comentário foi que a receita total cresceu 8% e a despesa diminuiu quase 4%. Entretanto, ele observou que, quando se desdobra a despesa, percebe-se que foram os investimentos que foram reduzidos na casa dos 130 milhões de reais (30%). Então, ele indagou se isso está relacionado com conclusão de algumas obras e, em caso negativo, qual foi o motivo da redução em investimentos. Jean Marques também quis saber se já há um valor atualizado de repasse para o Maringá Previdência nesse exercício. Com a palavra, o vereador Jamal Fares quis saber o motivo pelo qual a Prefeitura Municipal solicitou um empréstimo de 46 milhões de reais, já que o Município apresentou superávit, comentando que isso é motivo para sua indignação. Ele apontou que a dívida líquida é de 30 milhões de reais e há saldo disponível de 396 milhões de reais, que poderiam ser utilizados para quitar essas dívidas. Continuando, o vereador perguntou como utilizar recursos que são vinculados para pagar dívidas. A seguir, o Secretário Municipal de fazenda iniciou suas explanações acerca dos comentários dos vereadores. Com relação ao índice de gastos com pessoal, ele disse que o valor deste depende do momento, já que é calculado comparando-se a receita corrente líquida com a despesa da folha de pagamento de pessoal. Nesse momento, ele informou que tal índice é muito volátil e que o aumento ou diminuição da arrecadação ou do gasto com a folha, o faz variar. O Secretário comentou que o índice em discussão estava em 49,61% em 31 de dezembro de 2018 e, na mesma data em 2019, estava em 48,66%. Portanto, isso mostra que existe uma variação grande, porque não se domina a receita. A receita depende do momento econômico do país acerca da arrecadação, segundo ele. Ainda, ele explicou que se leva em consideração não apenas aquilo que já foi despendido nos últimos doze meses, citando que um exemplo de julho de 2018, quando 21 milhões de reais referentes à licitação da folha de pagamento foram recebidos pelos cofres da Prefeitura como receita, fazendo diminuir o índice de pessoal, já que a arrecadação aumentou e a despesa com pessoal ficou no mesmo patamar. São por esses motivos citados que não é possível fazer uma avaliação que seja imutável, como por exemplo acerca da viabilidade do projeto de lei complementar acerca da transmutação. Orlando Chiqueto ressaltou que a Secretaria de Fazenda não emite parecer acerca da contratação de pessoal: apenas alerta o gestor público sobre o risco. O risco de se aumentar o gasto com pessoal é tornar o município impossibilitado de receber transferências da União ou do estado, inviabilizando a continuidade de investimentos e a total entrega dos serviços públicos. Ele lembrou que é gestor quem toma a decisão final, cabendo a este aceitar os riscos. No caso da proposição em comento, o Secretário concordou que a situação é complexa, já que existem, no mesmo local de trabalho, servidores com atribuições idênticas que recebem remuneração e benefícios diferentes. Portanto, dependendo dos prejuízos que isso pode provocar no ambiente de trabalho, o gestor público municipal pode aceitar correr o risco para evitar problemas atendimentos na área de saúde. Assim, o Secretário frisou que cabe ao gestor encaminhar o projeto de lei complementar ao Poder Legislativo; e aos vereadores, procederem à sua análise embasada nos dados apresentados. Orlando Chiqueto informou que o papel da Secretaria Municipal de Fazenda é municiar o Poder Público de informações e alertar sobre os riscos, mas que a decisão é do gestor e dos vereadores. Atualmente, a pasta possui a informação de que, se todas as contratações solicitadas (mais de quarenta proposições) fossem autorizadas, o índice de gasto com pessoal chegaria a mais de 50%, o que inviabilizaria a reposição salarial dos servidores em março, por exemplo. Então, ele disse que o Gabinete do Prefeito deve fazer a análise da necessidade da contratação, para que o índice não seja comprometido. Ele alertou, inclusive, acerca do aumento de horas extras neste ano devido aos trabalhos pelos servidores no combate à dengue, que impactarão a folha de pagamento. Portanto, este é um exemplo do grau de variação do índice de gasto com pessoal e da razão de o parecer técnico da Secretaria Municipal de Fazenda se alterar conforme o momento vivido pelo município. Após ouvir a explanação de Orlando Chiqueto acerca do Projeto de Lei 1.911/2019, Carlos Mariucci pediu que ele assumisse um compromisso de, juntamente com Prefeito Municipal Ulisses Maia e o Chefe de Gabinete Domingos Trevizan, executar uma força tarefa para estudar e reavaliar a proposição, de modo a dar uma resposta aos interessados. Voltando a fazer uso da palavra para responder ao vereador Jean Marques, Orlando Chiqueto respondeu

que o REFIS não impactou o crescimento das receitas próprias em grande escala. Segundo ele, estas cresceram devido ao momento econômico que Maringá vive, já que o REFIS representa dívida ativa. Ele explicou que 12 milhões de reais entraram nos cofres públicos devido não só ao REFIS, mas à arrecadação de ISS, de taxas, de multas e de outras receitas. Falando sobre o ISS, o Secretário informou que a arrecadação deste aumentou 16,25% em relação a 2018, dada a instalação de novas empresas no Município, a melhora da auditoria tributária, a correção do ISS do setor de medicina etc. Sobre as operações de crédito, Orlando Chiqueto informou que há uma referente ao Banco do Brasil (59 milhões de reais), que já foi contratada, com projetos dando início à fase de execução, cujos valores vão sendo liberados à medida que ela se concretize. Outra operação de crédito é com a Caixa Econômica Federal (26 milhões de reais), que está ainda em fase de liberação de recursos. Ele explicou que ambas as operações ainda não estão na dívida ativa pelo fato de as obras não terem se iniciado. O Secretário também lembrou que elas não vão impactar de uma vez o endividamento da Prefeitura, já que, à medida que os débitos antigos são quitados, financiamentos novos são incorporados, possibilitando que Maringá mantenha o mesmo nível de endividamento nos próximos dois ou três anos. Sobre a diminuição dos investimentos em torno de 100 milhões de reais do orçamento previsto para o realizado, Orlando Chiqueto informou que 10 milhões se referem ao Hospital Municipal; 55 milhões ao Aeroporto; 25 milhões ao Hospital da Criança; e 12,5 milhões aos viadutos do Contorno Norte. Ele explicou que, pelo fato de as obras não terem sido iniciadas ou estarem em andamento, os valores ainda não são considerados investimentos, pois os recursos são liberados aos poucos. Sobre o orçamento do Maringá Previdência para 2020, Orlando Chiqueto informou que são previstos 99 milhões de reais e que há um impasse com relação ao seu orçamento por causa da reforma previdenciária. Ele disse que alguns requisitos da reforma são obrigatórios aos municípios e outros são opcionais. Assim, o Poder Executivo municipal não adotará medidas enquanto as situações não forem concretizadas. Respondendo ao vereador Jamal Fares acerca do empréstimo citado por ele, Orlando Chiqueto explicou que os 46 milhões de reais tomados de empréstimo eram para a realização de obras importantes e de alto impacto na qualidade de vida da população. O Secretário comentou que o fomento a obras que incentivam o esporte, por exemplo, contribui para a redução do gasto com segurança pública e saúde. Além disso, a execução de obras por meio de empréstimos torna possível atender a diversas gerações e diluir o impacto das despesas sobre o contribuinte ao longo do tempo. Ele lembrou que, se fosse necessário esperar o acúmulo de superávit para realizar obras, estas demorariam de cinco a dez anos para se concretizarem, causando a perda de crianças para a delinquência, por exemplo. A seguir, o Secretário ressaltou que a metodologia utilizada na apresentação da dívida consolidada e líquida é a exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado, já que o município não pode legislar sobre isso. Ele lembrou que a dívida do município está totalmente controlada, dentro do fluxo de caixa, com geração de superávit primário para honrar todos os compromissos, como se pode observar nas certidões negativas. A partir desse momento, Carlos Mariucci abriu a palavra ao público presente, e o jovem Eduardo Lanza perguntou o motivo pelo qual o superávit não é utilizado na veiculação de propagandas de combate à dengue. Em seguida, uma senhora questionou acerca da proposição de transmutação já discutida pelos presentes, relatando que, em matéria da CBN, o vereador Sidnei Telles comentou que há dez dias para resolver a situação extrajudicialmente e impedir o arquivamento do projeto. Como o Sindicato Municipal dos Servidores Públicos de Maringá marcou uma reunião somente para o dia 28 de fevereiro com servidores, quando o prazo de dez dias citado já terá se esgotado, ela solicitou uma explicação acerca dos desdobramentos da situação. Com relação ao combate à dengue, Orlando Chiqueto disse que este vem sendo realizado sistematicamente pelo município. Além disso, mídias do governo e privadas vêm informando a população acerca do tema. Portanto, segundo o Secretário, a epidemia de dengue não foi causada por falta de investimento em campanhas nem falta de informação. Ele disse que, em seu ponto de vista pessoal, como um cidadão, o que falta é educação para não dispor o lixo no canteiro central, nas calçadas, nos fundos de vale e nos terrenos vazios. Ainda assim, ele lembrou que a Prefeitura também faz sua parte neste item, realizando mutirões de limpeza. Com relação à transmutação de regime, o Secretário lembrou que os vereadores são unânimes no sentimento de urgência em relação a este tema. Assim, o Gabinete do Prefeito, juntamente com a Secretaria de Gestão, irá criar uma força tarefa para que sejam realizadas as análises e para que se chegue à melhor decisão com relação a esse tema. Ele afirmou que gostaria de resolver o problema, mas que há limitantes como o índice de gasto com pessoal. Entretanto, o Secretário disse que nova reavaliação e novos cálculos serão realizados, a fim de buscar soluções alternativas para que a proposição possa ser discutida com a Câmara Municipal e com a comunidade. Ainda que seja injusto que existam, no mesmo ambiente de trabalho, profissionais com mesma atribuição percebendo benefícios diferentes, devem ser observadas as questões legais pertinentes para a resolução dessa questão, para que o município não seja penalizado. Carlos Mariucci, com a palavra, respondeu à fala de Orlando Chiqueto, dizendo que se colocava à disposição da

Secretaria Municipal de Fazenda para participar das discussões acerca da proposta de transmutação. Finalizando a Audiência Pública, o Presidente da CFO agradeceu às autoridades presentes, ao público, aos vereadores e, de forma especial, ao Secretário Municipal de Fazenda e à sua equipe. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 17h10min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 3º Quadrimestre de 2019, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2019** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>.

CARLOS MARIUCCI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

WILLIAM GENTIL

Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

FLÁVIO MANTOVANI

Membro *ad hoc*



Documento assinado eletronicamente por **Janderson Flavio Mantovani, Vereador**, em 04/03/2020, às 12:48, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Emar Mariucci, Vereador**, em 04/03/2020, às 15:32, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **William Charles Francisco de Oliveira, Vereador**, em 06/03/2020, às 10:59, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0169311** e o código CRC **DD440CBE**.